



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 276/ 2007

2ª CÂMARA

SESSÃO DE: 11/05/ 2007

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/3407/2005

AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 1/200508967

RECORRENTE. CEARENSE TAPES LTDA.

RECORRIDO. CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA.

RELATOR CONS: ILDEBRANDO HOLANDA JUNIOR

EMENTA. Extravio de documento fiscal e formulário contínuo pelo contribuinte na impossibilidade de arbitramento. O contribuinte não entregou os documentos fiscais solicitados necessários para a comprovação dos lançamentos efetuados, portanto impossibilitando o arbitramento e ensejando a aplicação de penalidade com base na Ufirce. Dispositivos infringidos 169 e 177, do Dec.24.569/97 e penalidade inserta no art.123, IV, "k" da Lei 12.670/96 alterado pela Lei 13.418/03. Contribuinte informa que documentos encontram-se com o Juízo da falência. Julgamento pela Procedência. Recurso voluntário alega mesma situação da impugnação. Procuradoria opina pela procedência. A 2ª câmara confirma a decisão condenatória, por unanimidade de votos.

RELATORIO

O Contribuinte foi autuado por extravio de documento fiscal e formulário contínuo pelo contribuinte na impossibilidade de arbitramento. O contribuinte não entregou os documentos fiscais solicitados necessários para a comprovação dos lançamentos efetuados, portanto impossibilitando o arbitramento e ensejando a aplicação de penalidade com base na Ufirce. Dispositivos infringidos 169 e 177, do Dec.24.569/97 e penalidade inserta no art.123, IV, "k" da Lei 12.670/96 alterado pela Lei 13.418/03. Contribuinte, em sua impugnação, informa que não entregou os documentos pelo motivo de estarem com o Juízo da falência do Estado do Amapá. Julgamento pela Procedência. Recurso voluntário alega mesma situação da impugnação. Procuradoria opina pela procedência. A 2ª câmara após verificar que os documentos que se encontravam com o Juízo da falência não dizem respeito aos que foram solicitados no termo de notificação confirma a decisão condenatória, por unanimidade de votos.

VOTO DO RELATOR

Pelo meu entendimento e pelo o que se encontra nos Autos verifica-se que a autuada extraviou as notas fiscais de entrada e saída referentes ao período de janeiro de 2003 a outubro de 2004, documentos esses que faziam parte do termo de notificação. Por não terem sido entregues no prazo estabelecido pela Fazenda e após análise no sistema GIM e nos livros fiscais pertencentes a empresa, verificou-se que o contribuinte realizou compras e vendas de mercadorias sem a devida comprovação dos lançamentos e não tendo apresentado os documentos fiscais solicitados, o Fisco considerou com extraviados, conforme a legislação tributaria. O fato da empresa, ao se defender, relatar que todos os documentos se encontravam com o Juízo da Falência não houve confirmação por parte daquele Juízo e sim, a informação através de ofício, de que os documentos que estão em poder do judiciário do Amapá não fazem parte dos solicitados, confirmando o extravio. Não havendo documentos para realizar o arbitramento deve ser aplicada a multa equivalente a 50 ufirces por documento extraviado, devendo o Contribuinte recolher os cofres públicos a quantia que segue demonstrada.

Portanto, voto para que se conheça do recurso voluntário, nego-lhe provimento para confirmar a decisão monocrática nos termos do voto do Relator e de acordo com o parecer da Consultoria Tributária aprovado pela douta Procuradoria Geral do Estado. É como voto.

MULTA 2.034.500 UFIRCES

DECISÃO:

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente CEARENSE TAPES LTDA.e recorrido CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA,


RESOLVEM os membros da 2ª câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão condenatória proferida pela 1ª instancia, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária aprovado pela Douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 18 de maio de 2.007.


Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE

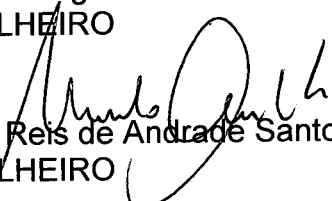

Francisca Marta de Sousa
CONSELHEIRA


Ildebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO RELATOR


Sandra Maria Tavares Menezes de Castro
CONSELHEIRA

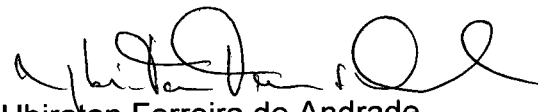

Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira
CONSELHEIRO


José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO


Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO


Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRO


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO